PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. RAIMUNDO GOMES DE MATOS)

Modifica a Lei nº 9.537, de 1997, que “dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências”, relativamente ao serviço de Praticagem e outras matérias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que “Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências”, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.....

§4º A Autoridade Marítima poderá habilitar Comandantes de navios de bandeira brasileira a conduzir a embarcação sob seu comando no interior de Zona de Praticagem específica ou em parte dela, sem a assessoria de práctico.

§5º A atividade de Praticagem tem natureza essencialmente privada, devendo os preços praticados ser objeto de livre negociação com os tomadores de serviços.” (NR)

“Art. 14.....

§1º A fixação de preços pela Autoridade Marítima somente ocorrerá de forma excepcional e temporária, quando não houver acordo entre as partes e risco de interrupção do serviço, visando à prestação contínua do serviço de praticagem.

§2º Para a fixação excepcional de preços, a Autoridade Marítima utilizará como parâmetro, preferencialmente, os preços costumeiramente praticados em cada Zona de Praticagem, levando-se em consideração, ainda, acordos vigentes, e o tempo e a qualidade do serviço.

§3º Para possibilitar a manutenção da habilitação dos práticos e permitir o cumprimento da frequência mínima de manobras, em cada Zona de Praticagem, a Autoridade Marítima estabelecerá uma escala de rodízio única com todos os práticos em atividade naquela Zona de Praticagem.

§4º Anualmente, a Autoridade Marítima fixará o número de práticos necessários em cada Zona de Praticagem, de forma a atender às necessidades do tráfego marítimo, fluvial e lacustre.

§5º A fixação do número de práticos, mencionada no parágrafo anterior, deverá considerar:

I - o número e a duração média das manobras em que foram utilizados serviços de praticagem nos doze meses anteriores à fixação;

II - as alterações significativas previstas para o movimento da Zona de Praticagem; e

III - a necessidade de propiciar que os práticos de cada Zona de Praticagem executem manobras sem sobrecarga permanente de trabalho e de garantir uma frequência mínima de manobras, assegurando a manutenção da qualificação dos práticos.” (NR)

“Art. 15.....

Parágrafo único. Poderá a Autoridade Marítima, mediante requerimento prévio e fundamentado, permitir que, em caso de reiterado inadimplemento do tomador de serviço, a prestação do serviço seja condicionada ao prévio pagamento dos serviços.” (NR)

“Art. 39. A Autoridade Marítima é exercida pelo Comandante da Marinha.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Art. 3º. Fica revogado o § 2º do art. 24 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

JUSTIFICAÇÃO

As modificações propostas para alteração da Lei nº 9.537, de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário – LESTA, visam dar conformação legal à atividade de praticagem, regulando o exercício da profissão e estabelecendo parâmetros legais para a interferência do Poder Público nessa atividade econômica.

O serviço de praticagem, conforme definido no art. 12 da Lei nº 9.537, de 1997, “*consiste no conjunto de atividades profissionais de assessoria ao Comandante requeridas por força de peculiaridades locais que dificultem a livre e segura movimentação da embarcação*”. Trata-se de profissão exercida em caráter privado, sendo seu exercício dependente de prévia habilitação por parte do Poder Público.

A atividade de praticagem é essencial para garantir maior segurança à navegação, em especial na atracação e desatracação de embarcações nacionais e estrangeiras, pois os práticos são profissionais que detêm conhecimentos técnicos de navegação e da geografia local.

Considerando a habitualidade de alguns comandantes em manobras de atracação e de desatracação em uma mesma Zona de Praticagem, propõe-se que a Autoridade Marítima, no caso concreto, visando a otimização e eficiência portuária para embarcações nacionais, possa habilitar, mediante criteriosa análise, comandantes de navios brasileiros a manobrar ***sem a assessoria de prático no interior de Zona de Praticagem específica ou em parte dela.***

Embora se trate de serviço prestado em caráter privado, sem ser remunerado pelo Poder Público, o interesse público exige regulação apta a garantir sua prestação contínua e ininterrupta.

O art. 14 da LESTA, em sua redação original, confere à autoridade marítima a função de garantir a prestação contínua do serviço de praticagem, outorgando-lhe competência para estabelecer o número de práticos em cada zona de praticagem, requisitar serviço de prático e fixar preço.

No que diz respeito ao estabelecimento do número de práticos de cada zona de praticagem, o presente projeto pretende definir

parâmetros a serem observados pela Autoridade Marítima. Considerando que o número de profissionais deve possibilitar a execução das manobras sem sobrecarga permanente de trabalho e, por outro lado, a frequência de prestação de serviços deve assegurar a manutenção da qualificação dos práticos, o estabelecimento daqueles parâmetros seguiu linhas dos usos e costumes nacionais.

No que tange à fixação de preço de praticagem, embora a LESTA deixe claro o caráter excepcional de intervenção estatal para garantir a continuidade do serviço, não define os parâmetros a serem utilizados, comprometendo a segurança jurídica.

Como se trata de limitação ao exercício de atividade profissional, a qual somente pode ocorrer por lei em sentido estrito, surge a necessidade de regular a forma como a autoridade marítima poderia intervir.

A inclusão do §5º ao art. 13, portanto, tem como finalidade deixar claro que a atividade de praticagem, que tem especial papel em garantir a segurança da navegação, é exercida em caráter privado, sendo os respectivos preços objeto de livre negociação com os tomadores de serviços.

Embora muito se comente sobre a remuneração atualmente recebida pelos práticos, seria absolutamente inadequado um tabelamento de preços, como já se pretendeu fazer por meio infralegal, pois deve prevalecer o princípio constitucional da livre iniciativa e liberdade no exercício profissional.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão dos §§ 1º e 2º ao artigo 14 para, protegendo tanto os prestadores como os tomadores do serviço de abuso do poder econômico, permitir que a autoridade marítima arbitre, de forma temporária e excepcional, o valor do serviço de praticagem, quando não haja acordo entre as partes e exista risco de interrupção do serviço, estabelecendo que se utilize como parâmetro **os preços costumeiramente praticados em cada Zona de Praticagem, levando-se em consideração os acordos vigentes, o tempo e a qualidade do serviço.**

No mesmo sentido, referida inclusão visa esclarecer não ser atribuição típica da autoridade marítima intervir na relação privada entre tomador e prestador de serviços, tampouco promover regulação econômica do serviço de praticagem, que somente deve ocorrer de forma excepcional

visando à salvaguarda do interesse público. Sua atuação típica corresponde à regulação técnica e fiscalização do serviço visando à segurança da navegação.

Propõe-se a inclusão de parágrafo, no art. 15, para permitir que a autoridade marítima, após provocação fundamentada, em caso de reiterado inadimplemento do tomador de serviço, permita que os práticos ou sociedades de práticos disponham de condicionamento da prestação dos serviços à prévia efetivação de pagamento do preço. Afinal, não raros são os relatos de empresas, nacionais ou estrangeiras, que deixam de adimplir seus compromissos financeiros, aproveitando da dificuldade em sua responsabilização administrativa ou judicial.

Intenciona-se, ainda, com a presente proposta de lei, a revogação do §2º do art. 24 da LESTA, que condiciona a admissibilidade de recurso administrativo ao prévio depósito do valor da multa. Tal exigência, consoante a Súmula Vinculante nº 21 do Supremo Tribunal Federal, revela-se inconstitucional, por representar cerceamento ao direito de defesa e duplo grau de jurisdição.

Altera-se, por fim, o art. 39 da LESTA com a finalidade de indicar que a autoridade marítima é exercida pelo Comandante da Marinha.

Tendo em vista que as modificações sugeridas já fazem parte do cenário portuário nacional e, ademais, contribuem para o aperfeiçoamento das condições de prestação do serviço de praticagem e para o aumento da oferta disponível às empresas de navegação, conta-se com o apoio da Casa a esta iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **RAIMUNDO GOMES DE MATOS**